

historia: fronteiras



Vol. I

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)



Volume I

História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

OS FORMADORES DA NAÇÃO E AS “POPULAÇÕES MARGINAIS”

Raquel Glezer
Universidade de São Paulo

Discutir o tema complexo e multifacetado “Nação” exige um trabalho analítico sistemático e aprofundado do discurso historiográfico, pois a persistência de temas, assuntos e elementos são uma constante na Historiografia brasileira, bem como na paulista.

Subjacente à constância, encontramos quer a continuidade do modelo histórico interpretativo proposto e praticado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde meados do século XIX, quer a aparente modernização da linguagem, dos conceitos ou preconceitos ajustados predominantemente às propostas analíticas do contexto intelectual e/ou político do momento da produção, o que aparentemente

(...) mascara a visão senhorial, elitista e excludente, que Odalia denominou de ‘formas do mesmo’¹.

Os livros de História Geral do Brasil, acadêmicos ou didáticos, dos anos oitocentos aos nossos dias, possuem uma estrutura formal em três grandes conjuntos: a terra, o povo, isto é, as populações formadoras e os fatos, diferenciando-se entre si; além do grau de complexidade e profundidade da abordagem, quanto às teorias explicativas que utilizam a valorização atribuída a cada camada, temas, assuntos e as concepções de sociedade que se mostram implícita ou explicitamente.

A persistência dos citados conjuntos pode ser exemplificada ao observarmos como aparece, em algumas publicações recentes, a “terra”, como o passo inicial para o estudo. Em algumas das coleções destinadas ao grande público, edições para a venda em bancas de jornais, “comemorativas”, vemos esta permanência.

Em uma delas, a estruturação do conteúdo contém os seguintes capítulos:

'Descobrimen^{to}', 'Colonizaçã^o', (grifo meu) Indígena, Governo - Geral, Catequese, Franceses no Brasil, Invasões Holandesas, Nassau no Brasil, Entradas e Bandeiras, Ciclos da Economia Colonial, Expansão Territorial, Revoltas Econômicas (Insurreiçã^o, Conjuraçã^o, Revolta, Guerra, Motim, Levante), Vice-reis do Brasil, Conjuraçã^o Mineira e a Baiana, Família Real, Reino Unido, Independência, Guerras de Independência, Constituição do Império, Confederaçã^o do Equador, Primeiro Reinado, Abdicaçã^o, Período Regencial, Maioridade, Revoltas Internas, Segundo Reinado, Intervençõ^{es} no Prata, Guerra do Paraguai, Economia no Império, Cultura no Império, Aboliçã^o, Ocaso do Império, Propaganda Republicana, Proclamaçã^o da República, Consolidaçã^o da República, Fixaçã^o das Fronteiras, Governos Republicanos, Economia e Cultura da República Velha, Período Revolucionário, Revoluçã^o de 1930, Revoluçã^o de 1932 e a Constituiçã^o de 34, Estado Novo, Brasil na Segunda Guerra Mundial, Da Constituiçã^o de 46 à Revoluçã^o de 64, Ditadura Militar, Da Distensã^o à Anistia, De Figueiredo à Nova República, Crise de Collor, FHC e o Plano Real².

390

Em uma outra, que se propõe atualizada, com comentários "politicamente corretos" e anacrônicos (desrespeitando atos e formas de pensar do passado), a permanência é igualmente explícita:

Geologia e Pré-História, Brasil Indígena, 'Descobrimen^{to}' (grifo meu) Capitânias Hereditárias e o Governo - Geral, Jesuítas, Bandeirantes, Ameaç^a externa, Brasil Holandês, Ciclo da Mineraçã^o, Escravidã^o, Inconfidência Mineira, Família Real no Brasil, Brasil dos Viajantes, Amazônia, Independência e o Primeiro Reinado, Regência e as Revoluçõ^{es}, Segundo Reinado, Guerra do Paraguai, Aboliçã^o, República, República de 10 anos, Sangue no pampa e no sertão, Brasil dos Imigrantes, Reinado do Café com Leite, 1^a. Guerra e os anos 20, Cultura: de Machado ao Pau - Brasil, Dos 18 do Forte à Coluna Prestes, Revoluçã^o de 30, Estado Novo, Fim da Era Vargas, Era JK, Jânio e Jango; Golpe de 1964, Anos de Chumbo, Cultura nos anos 60 e 70, Das Diretas a Sarney, De Collor a FHC, Brasil do Segundo Milênio (...)³.

O mesmo assunto inicia um livro especializado recente, conforme o Sumário: *'Introdução; I. Os fundamentos geográficos (grifo meu); II. As sociedades indígenas; III. O descobrimento; IV. O tempo das feitorias; V. Modelos de colonização; VI. A con-*

solidação da conquista; VII. Organização econômica e social; VIII. Aculturação; Considerações finais...”⁴.

Um outro tema igualmente persistente é o que se refere à população, tradicionalmente apresentada como “raças formadoras”, o “povo brasileiro” ou simplesmente “povo”. As “raças formadoras” são a branca, com os portugueses; a indígena, “os nativos”; e a negra, os escravos; com suas respectivas contribuições ao “nacional” – língua, religião, hábitos de higiene, hábitos alimentares e cultura (o que quer que se entenda sob tão polissêmico rótulo).

Os estudiosos da História da Historiografia Brasileira da década de cinquenta para cá, reconhecem que o padrão de conhecimento histórico criado pelos autores do século XIX, ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, marcaram e marcam de modo profundo o conhecimento histórico no país, e que o desenvolvimento e transformação do saber histórico só será possível com a análise crítica do passado criado, das condições de produção e circulação do conhecimento em uma sociedade dirigida e governada por proprietários de terras e escravos, católicos “pró-forma”, chefes de família patriarcais “ilibados” em seus retratos encomendados, preocupados com o julgamento dos “estrangeiros” sobre o país que governavam.

Não há necessidade de retomar em detalhes: de como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, instrumento de intervenção econômica e social de políticos ligados ao poder imperial, ajudou a criar o Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Brasileiro em 1838 e como este se atribuiu a tarefa de coletar documentos, guardar a memória e criar a História e a Geografia do país, para que a Nação pudesse existir. A presença do imperador em suas sessões e o sistema de mecenato, titulação e prebendas, transformaram o espaço cultural em área política, marcada pela preocupação em servir fielmente o regime monárquico, o que manteve o Instituto como baluarte da tradição monárquica conservadora, e depois, como o elemento conservador nos estudos históricos, sempre a serviço do Estado.

A profunda ligação dos historiadores do Instituto com a Monarquia, sendo a família reinante brasileira a mesma que a portuguesa, levou-os a destacar a continuidade entre Colônia e Impé-

rio, a importância da ação colonizadora portuguesa, a ação religiosa pela continuidade do Padroado e religião de Estado, a manter os nomes e adjetivação dos eventos que os cronistas coloniais e autoridades metropolitanas haviam dado, a preservar a unidade territorial e a política centralizadora, a desqualificar a população nativa, os rivais na disputa territorial, os estrangeiros e os escravos, tudo e todos que pudessem ameaçar a história hegemônica necessária para o Estado criar a Nação que desejava, já que não podia eliminar o povo⁵.

Da visão monarquista tradicionalista-católica-conservadora visceralmente ligada ao Estado, formou-se a História Nacional, que com os elementos de unidade territorial, lingüística, religiosa, cultural – a identidade nacional homogeneizou as diferenças, eliminou o povo da participação política e da história, ambas reservadas à aristocracia local e aos servidores do Estado, classificações e pessoas que muitas vezes se misturavam e confundiam.

A questão dos “elementos humanos formadores da nação”, das “raças formadoras”, a denominada “matriz genética” continua marcando a análise histórica: índios, portugueses (brancos) e negros compuseram/compõem a população brasileira, como nos exemplos citados acima, com destaque maior ou menor em cada um deles.

Nos anos oitocentos e no início dos novecentos ocorreram diversas discussões, apoiadas nos conceitos científicos então vigentes, sobre a população nacional, em torno das questões raciais e eugênicas⁶. Apresentaram variadas soluções, como propostas de alteração quantitativa da proporção dos elementos componentes do povo por processos imigratórios, até soluções qualitativas, autoritárias, para a organização saudável do Estado. Apesar do interesse que o tema desperta, não é nosso objetivo discutir aqui o estatuto da questão racial nos estudos contemporâneos⁷. Nosso objetivo é mostrar como a apresentação das “raças formadoras”, do “povo brasileiro” mantém até hoje os padrões oitocentistas, preconceitos que subjazem nas formulações da história oficial, e como a História – especialmente a história colonial – dos bandeirantes, serviu de veículo para um processo de homogeneização cultural e aparente inclusão social.

Se para diversos pensadores brasileiros o processo imigratório foi discutido como um processo de “branqueamento” do povo – mestiço, negro ou índio, com pequena proporção de “brancos” racialmente “puros”, além da criação do mercado de mão-de-obra, com o exército de reserva, nem por isso os participantes do processo foram recebidos sem acirrados debates. As questões de preconceito apareceram claramente nas discussões sobre a qualidade racial dos imigrantes a serem introduzidos, a validade de usar imigrantes chineses e mesmo os italianos⁸.

Discussões da mesma qualidade ocorreram em outras sociedades formadas por fortes correntes de imigração, como Devoto demonstra, com soluções semelhantes para forçar o processo de integração⁹.

Diversos livros de História continuaram mantendo a estrutura definida no século passado, especialmente os destinados ao consumo escolar. Apesar do processo imigratório do final do século XIX e início do século XX ter contribuído com cerca de 5.000.000 de pessoas – dado quase consensual nos estudiosos do processo, as denominadas diásporas, novos elementos raciais, étnicos e culturais, que se inseriram no contingente populacional, com seus numerosos descendentes, por meio de processos de miscigenação racial e homogeneização, não figuram na formação do povo.

Não figuram quer por que sua inclusão romperia com as idéias transmitidas pela História Oficial, da “democracia racial” e “cultura nacional”, quer por não ser considerados significativos, como declara Ribeiro:

O Brasil e o brasileiros, sua gestação como povo, é o que trataremos de reconstituir e compreender. Surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliados como escravos. O contingente imigratório europeu integrado na população brasileira é avaliado em 5 milhões de pessoas. Apesar de numericamente pouco ponderável, o papel do imigrante foi muito importante como formador de certos conglomerados regionais nas áreas sulinas em que se concentrou, criando paisagens caracteristicamente européias e populações dominadoramente brancas'. (grifo meu) Conquanto relevan-

te na constituição racial e cultural dessas áreas, não teve maior relevância na fixação das características da população brasileira e da sua cultura¹⁰.

Talvez não possam mesmo figurar como parte componente, formadores da população brasileira, ainda neste final de século XX, por serem uma ameaça latente à Nação, como definia um historiador paulista nos anos 40:

Temos cerca de 15% de elementos exóticos das mais variadas procedências.

Dos nossos 7.300.000 habitantes, que o último recenseamento federal apurou, contamos apenas com cerca de 85% nacionais. Os demais são elementos, por certo ótimos para o povoamento e principalmente para a nossa economia, mas que ainda rezam por credos diferentes que o nosso. Felizmente para S. Paulo, o elemento que mais avulta no total dos 15% de exóticos que formam a nossa população, é o italiano que ainda existe no nosso conjunto étnico em cerca de 5%, os quais vão desaparecendo a medida que as gerações se sucedem.

Não são esses italianos dos mais perigosos para a nossa formação nacional.

Muito mais perigosos são os nipões, ainda que fossem em muito menor número.

Muito mais perigosos são os tudescos, que trazem para os núcleos urbanos onde se tem radicado, tradições gloriosas colhidas em debatidos e ardidos prélios,

O perigo maior, porem a nos ameaçar não é dos exóticos que ainda comungam conosco, e sim do resultado etnico-psicológico da imigração alienígena que nos vem procurando desde o século passado. Esse resultado pode ser sintetizado em duas palavras: 'populações marginais'. São os descendentes dos estrangeiros. (grifo meu)

'Eu que milito no magistério já mais de uma década tenho bem apreciado o significado disso. Tenho visto a mentalidade que anima esses descendentes de estrangeiros'. (grifo meu)

O estrangeiro em si, pouco exerce, em contrário a nossa força nacional. O que mais influencia marca, é o filho ou descendente de estrangeiros, que ainda timbra em volver o seu olhar para além-mar.

Dos 85% de nacionais que temos na nossa população, cerca de 40%, são de origem exótica a se revelar nos nomes.

Muitos destes estão perfeitamente assimilados ao nosso corpo nacional, mas outros ainda não estão. Estes estão apenas absor-

vidos, mas não assimilados. Ainda se envaidecem das suas origens; ainda se orgulham de proceder de gente mais afeita aos prélios e às correrias bélicas, ainda se comovem ante os capítulos do passado que não é o nosso etc.

Com isso, ainda muitos dos nossos dirigentes, cegos ante ao perigo, deixam que nomes exóticos marquem as placas de nossas ruas centrais.

'Isto constitue verdadeiro atentado à nossa gente, à nossa estirpe e à nossa tradição'. (grifo meu).

Eu penso que seja ensinando o passado, que se possa pôr em ação a arma mais eficiente do nacionalismo. Busquemos nessa terra mágica que é bem nossa, os elementos a opor à força desintegradora com que invisivelmente, inconscientemente, sem alardes etc, o estrangeiro vai aos poucos minando os alicerces da nossa formação.

É no passado ciclópico dessa terra que os nossos avós dilataram, conquistando-a com o sangue de seus homéricos esforços, com o suor hercúleo de seu rumoroso trabalho, com as lágrimas amargas de seus sofreres sem conta e de suas doridas angústias, que devemos tirar as forças com as quais devemos assimilar os mais renitentes descendentes de estrangeiros¹¹.

A solução apresentada para a assimilação de tão "perigosos marginais" foi o ensino da História:

(...) a região que mais precisa recorrer ao passado para nela ser impedida a desnacionalização é S. Paulo.

É na história dessa terra, essa miraculosa terra que cobre os restos dos nossos maiores, que irá nos receber no seu regaço quando tivermos de caminhar para o alem e que entumula os ossos dos nossos descendentes (sic) é que podemos encontrar forças para chamar à nossa tradição, os elementos que se orientam ainda para seus anteriores de outras plagas¹².

O autor de tais frases, Alfredo Ellis Junior, era Professor Catedrático de História da Civilização Brasileira no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com obra volumosa, papel ativo na formação de outros historiadores e alvo de alguns estudos¹³.

O conteúdo do livro que segue ao *Prefácio*, referente aos séculos XVI e XVII, é factual, cronológico, seguindo um “método confuso de apresentação”, redundante, esquemático, com ilustrações gráficas pensadas como didáticas, altamente ideológico sob o manto da “verdade científica”, exaltando o passado paulista como o criador da nacionalidade, elemento diferenciado do restante da história do Brasil pelo clima, produção agrária, população e atividades econômicas.

O estudo e a leitura do livro muito pouco devem ter contribuído para a “assimilação das populações marginais”, mas o prefácio é muito significativo, pelo papel atribuído à história de São Paulo em função ideológica, integradora, por intermédio da figura do bandeirante no período abarcado pela obra, a dos dois séculos iniciais, reforçando o imaginário social paulista.

Conforme temos estudado, há uma “visão imperial” na historiografia paulista, que observa o país e sua história sob a ótica das elites. Encontramos nas obras sobre São Paulo, desde o século XVIII, os “mitos de origem”, a “invenção de tradições”, um passado construído para apresentar, justificar e garantir os privilégios das elites, oligarquias ou classes dominantes, diante de ameaças ou obstáculos ao exercício de poder, concretos ou imaginados¹⁴.

Nesta mesa-redonda, que tem como proposta a discussão das “Fronteiras da nação: São Paulo e a nação”, os textos apresentados trazem à discussão, em momentos e temas diferentes, exemplos de como a “visão imperial” das elites paulistas modelou a história da Nação, e como a persistência da história oficial contribui para o desconhecimento e incompreensão do passado brasileiro, mantendo o povo afastado de seu passado e de sua história.

NOTAS

¹ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo, EDUNESP, 1997.

²MARTINS, Lincoln (ed.). *História do Brasil*. Atualização Herculano Gomes Mathias. Rio de Janeiro, Bloch Ed., 1997.

³BUENO, Eduardo (ed.). *História do Brasil*. São Paulo, Folha de S. Paulo, 1998.

⁴COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa, Cosmos, 1995.

⁵Ver entre outros: ADONIAS, Isa. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - 150 anos*. Rio de Janeiro, Studio HMF, 1990; CAMPOS, Pedro Moacyr. "Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX". In GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963, pp. 250-293; CORREIA FILHO, Virgílio. "Como se fundou o Instituto Histórico". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 255, 1962; FLEIÚSS, Max. *O Instituto Histórico através de sua Revista*. Rio de Janeiro, IHGB, 1938; GUIMARÃES, Lúcia M. P. "*Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial*": o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo, 1994. Doutorado em História Social. São Paulo, FFLCH/USP; GUIMARÃES, Manoel L. S. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/Vértice, 1988, e Guimarães. "De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História". In *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, n° 04, fasc. 01, 1989; *Resenha histórica, 1838-1988*. Rio de Janeiro, IHGB, 1988; SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar - projetos de narrativa instituinte*. São Paulo, 1992. Mestrado em História Social. São Paulo, FFLCH/USP; SCHWARCZ, Lília M. "Os guardiões da nossa história oficial". Os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo, IDESP, 1989; SILVA, José L.W. da. *Isto é o que me parece*. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. 1979. Mestrado em História. Niterói, 1979. UFF; WEHLING, Arno. "As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". In *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n° 338, 1983, e SILVA (org.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas, sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro, IHGB, 1989.

⁶SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

⁷O estado da arte sobre o assunto pode ser encontrado em GUIMARÃES, Antonio S. A. "Raça e os estudos de relações raciais no Brasil". In *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n° 54, jul. 1999.

⁸Ver entre outros: ELIAS, Maria José. *Os debates sobre o trabalho dos Chins e o problema da mão-de-obra no Brasil durante o século XIX*. São Paulo, 1972. Mestrado em História Social. São Paulo, FFLCH/USP, e, RIBEIRO, Maria Therezinha Janine. *Desejado e temido - preconceito contra o imigrante italiano na Primeira República*. Mestrado em História Econômica. São Paulo, FFLCH/USP, 1985.

⁹DEVOTO, F. J. "Imigração européia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914)". In FAUSTO, Bóris (org.). *Fazer a América*. São Paulo, EDUSP, 1999, pp. 33-60.

¹⁰RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, pp. 19 e 241-242.

¹¹ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Resumo da História de São Paulo - quinhentismo e seiscentismo*. São Paulo, Tip. Brasil, 1942.

¹²*Idem*.

¹³Ver entre outros MATOS, Odilon N. de. "Alguns aspectos da evolução da historiografia". In *Notícia bibliográfica e histórica*. Campinas, n° 33, mai. 1972; ELLIS, Myriam. "Alfredo Ellis Júnior - um historiador de São Paulo (a propósito do 50º aniversário da publicação em 1926, do livro *Raça de Gigantes*)". In *Anais*

do Museu Paulista, São Paulo, nº 27, 1976; LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação, 1889-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; ABUD, Katia M. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições* (A construção de um símbolo paulista: o Bandeirante). Tese de Doutorado em História Social. São Paulo, 1985. FFLCH/USP; MONTEIRO, John M. "Tupis, tapuias e a história de São Paulo. Revisitando a velha questão guainá". In *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 34, nov. 1992 e "Caçando com gato. Raça, mestiçagem e identidade paulista na obras de Alfredo Ellis Jr". In *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, CEBRAP, nº 38, mar. 1994; "Alfredo Ellis Júnior". In *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas, PUC/Campinas, vol. 28, nº 163, out.-dez. 1996.

¹⁴Conforme GLEZER, R. *"Chão de terra": um estudo sobre São Paulo colonial*. Tese de Livre Docência. São Paulo, FFLCH/USP, 1992.